

MAZZILLI, Hugo Nigro. **O inquérito civil**: investigações do Ministério Público, compromissos de ajustamento e audiências públicas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 483 p.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **O inquérito civil**: investigações do Ministério Público, compromissos de ajustamento e audiências públicas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 483 p. --- *Localização: 347.963:347.921.5(81) / M459i / 4.ed*

<b>TÍTULO I</b>	
<b>ORIGENS, CONCEITO E VALOR DO INQUÉRITO CIVIL</b>	
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>ORIGENS</b>	
1. Antecedentes.....	39
2. A Lei n. 7.347/85.....	42
3. Mecanismos investigatórios fora do inquérito civil.....	43
4. A legislação subsequente.....	44
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>CONCEITO E VALOR</b>	
1. Conceito de inquérito civil.....	45
2. Peças de informação e procedimentos preparatórios.....	47
3. Natureza jurídica.....	47
4. Função institucional ou instrumento de atuação?.....	48
5. Inquérito civil e inquérito policial.....	48
6. Dispensabilidade.....	49
7. Prazo de conclusão.....	51
8. Valor da prova indiciária.....	51
9. Crítica ao instrumento.....	53

## **TÍTULO II**

### **INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL**

#### **CAPÍTULO 3**

##### **A INSTAURAÇÃO**

1. Generalidades .....	59
2. Fases do inquérito civil .....	60
3. As formalidades de instauração.....	61
4. O direito de petição .....	62
5. Finalidades do inquérito civil.....	64
6. O inquérito civil e a privacidade do indiciado .....	65
7. Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal .....	65

#### **CAPÍTULO 4**

##### **COMPETÊNCIA**

1. O local do dano.....	67
2. Competência absoluta.....	68
3. Os paradoxos da Lei n. 9.494/97.....	69
4. Interesse da União e de vários Estados .....	71
5. Disputa sobre direitos indígenas.....	73
6. A autoridade competente para a instauração do inquérito civil ..	74
7. A instauração do inquérito civil sob a Lei de Improbidade Administrativa .....	77
8. Cartas precatórias.....	79
9. Conflitos entre membros do Ministério Público.....	80
10. Conclusões.....	80

#### **CAPÍTULO 5**

##### **IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO**

1. Distinções.....	81
a) Generalidades .....	81
b) Impedimentos .....	81
c) Suspeição .....	81
2. Impedimento e suspeição nos inquéritos civis .....	82
a) Interesses transindividuais.....	82
b) Arquivamento do inquérito civil.....	83

c) Conversão em diligência.....	85
d) Aconselhamento às partes.....	86
e) Tomada de compromisso de ajustamento .....	88
3. Arguição do impedimento ou da suspeição.....	88

## **CAPÍTULO 6**

### **MODO DE INSTAURAÇÃO E OBJETO**

1. A instauração.....	91
2. A provocação para instaurar o inquérito civil .....	94
3. Delação anônima e notícias da imprensa.....	98
4. O objeto do inquérito civil.....	100
5. Investigações do Ministério Público para fins penais.....	103
6. Controle administrativo de cláusulas contratuais .....	106
7. A inconstitucionalidade de leis em tese .....	108
8. A investigação de direitos.....	112
9. Lesões a interesses transindividuais.....	113
10. Lesões a interesses individuais homogêneos .....	115
11. A discricionariedade administrativa .....	118
12. O controle do ato omissivo.....	119
13. A defesa do patrimônio público e social.....	120
14. O enriquecimento ilícito de administradores públicos.....	121
15. As lesões a contribuintes.....	123

## **CAPÍTULO 7**

### **A NOTÍCIA DO FATO A SER INVESTIGADO**

1. O ilícito civil e o ilícito penal .....	127
2. A determinação do fato a ser investigado .....	128

## **CAPÍTULO 8**

### **PROCEDIMENTOS ANÁLOGOS AO INQUÉRITO CIVIL**

1. Procedimentos preparatórios.....	131
2. Peças de informação.....	135
3. Conclusão .....	137

## **CAPÍTULO 9**

### **EFEITOS DA INSTAURAÇÃO**

1. Generalidades .....	139
2. Óbice à decadência .....	140
3. Eficácia em juízo.....	141
4. Efeitos penais .....	142
5. As testemunhas e os indiciados.....	144
6. Os colegitimados.....	145
7. Diligências sem inquérito civil .....	146

## **CAPÍTULO 10**

### **CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES**

1. Conflito entre membros do mesmo ramo do Ministério Público .	147
2. Conflitos entre membros de Ministérios Públicos diversos ...	148
3. Procedimento nos conflitos de atribuições.....	150
4. O alcance da decisão do conflito .....	151

## **TÍTULO III**

### **INSTRUÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL**

## **CAPÍTULO 11**

### **COLETA DE INFORMAÇÕES**

1. As provas em geral .....	155
2. Os indícios .....	159
3. Provas ilícitas.....	161
4. A busca da verdade real.....	162
5. Controle dos prazos.....	163
6. Retirada de autos.....	163

## **CAPÍTULO 12**

### **PERÍCIAS E INSPEÇÕES**

1. As perícias .....	165
----------------------	-----

2. As inspeções .....	168
-----------------------	-----

## **CAPÍTULO 13**

### **NOTIFICAÇÃO, REQUISIÇÃO E CONDUÇÃO COERCITIVA**

1. Notificações .....	171
2. Condução coercitiva.....	172
3. Cartas precatórias.....	173
4. Requisições .....	173
5. O âmbito das requisições .....	176
6. Forma da requisição ou da notificação .....	177
7. Requisição de informações eleitorais e bancárias .....	177
8. Requisições à autoridade policial.....	177
9. Desatendimento à requisição.....	178
10. Controle de legalidade.....	182

## **CAPÍTULO 14**

### **PUBLICIDADE E SIGILO**

1. O princípio da publicidade na Administração .....	183
2. As matérias sigilosas .....	184
3. A publicidade e o inquérito civil .....	185
4. O advogado e o sigilo no inquérito civil .....	190
5. Requisições em matéria sigilosa.....	191
6. O particular e o acesso à informação .....	194
7. A privacidade do investigado .....	196
8. A privacidade do denunciante.....	198

## **CAPÍTULO 15**

### **O INVESTIGADO E O ADVOGADO NO INQUÉRITO CIVIL**

1. Generalidades .....	199
2. É possível o contraditório no inquérito civil? .....	201
3. Estratégia do advogado .....	204

## **TÍTULO IV**

### **ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL**

#### **CAPÍTULO 16**

##### **PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO**

1. Generalidades ..... 209
2. É constitucional o arquivamento do inquérito civil?..... 211
3. O arquivamento de quaisquer peças de informação..... 212
4. A fundamentação do arquivamento ..... 212
5. A reabertura do inquérito civil já arquivado ..... 214

#### **CAPÍTULO 17**

##### **ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO**

1. Generalidades ..... 215
2. Paralelo com o inquérito policial..... 218
3. Quem provoca a revisão do arquivamento ..... 221
4. Controle do arquivamento implícito ..... 222

#### **CAPÍTULO 18**

##### **ARQUIVAMENTO DE OUTROS PROCEDIMENTOS ANÁLOGOS**

1. Generalidades ..... 223
2. O arquivamento de outros inquéritos civis que não os da Lei n. 7.347/85..... 225
3. O arquivamento de representações ou requerimentos ..... 225
4. O sistema de controle analógico de arquivamento..... 227
5. Casos que não estão sujeitos à revisão colegiada ..... 228

#### **CAPÍTULO 19**

##### **O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE**

1. A obrigatoriedade e a indisponibilidade na atuação do Ministério Público ..... 231
2. O arquivamento do inquérito civil e o princípio da obrigatoriedade ..... 232

3.	A necessidade de exaurir a investigação .....	233
----	---	-----

## **CAPÍTULO 20**

### **CONTROLE DO ARQUIVAMENTO**

1.	Generalidades .....	235
2.	Inquéritos civis arquivados pelo procurador-geral .....	236
3.	A remessa do inquérito civil ao colegiado competente .....	236
4.	A falta grave .....	237
5.	Papel do colegiado competente .....	238

## **CAPÍTULO 21**

### **TRAMITAÇÃO NO**

### **COLEGIADO COMPETENTE**

1.	A competência .....	239
2.	As providências prévias .....	240
3.	Os impedimentos .....	241
4.	A sessão pública de julgamento .....	242
5.	Tramitação dos recursos .....	243
6.	Os compromissos de ajustamento .....	243

## **CAPÍTULO 22**

### **ARRAZOAMENTO PERANTE**

### **O COLEGIADO COMPETENTE**

1.	Arrazoamento pelas associações civis .....	245
2.	Arrazoamento pelos demais legitimados e por terceiros .....	247

## **CAPÍTULO 23**

### **O PODER REGIMENTAL**

### **DO ÓRGÃO COLEGIADO**

1.	Matéria regimental .....	249
2.	Atribuição regimental exclusiva .....	250

## **CAPÍTULO 24**

### **A DECISÃO DO COLEGIADO COMPETENTE**

1.	A deliberação .....	251
----	---------------------	-----

2. As qualidades do sistema de controle por um órgão colegiado... 254
3. A atuação consultiva do colegiado ..... 255
4. Recomendações diversas..... 256

## **CAPÍTULO 25**

### **A DESIGNAÇÃO**

1. A designação em caso de rejeição do arquivamento..... 257
2. A designação em caso de conversão em diligência ..... 257
3. A expedição do ato de designação ..... 259
4. A delegação ..... 261

## **CAPÍTULO 26**

### **EFEITOS DO ARQUIVAMENTO**

1. O arquivamento e os colegitimados..... 265
2. O arquivamento e o Ministério Público ..... 266
3. A reabertura do inquérito civil ..... 267
4. A quem compete reabrir o inquérito civil?..... 274

## **TÍTULO V**

### **RECURSOS, CONTROLE DE LEGALIDADE E NULIDADES NO INQUÉRITO CIVIL**

## **CAPÍTULO 27**

### **RECURSOS NO INQUÉRITO CIVIL**

1. Generalidades ..... 279
2. Recursos contra a instauração e a não instauração do inquérito civil ..... 280
3. Normas regimentais ..... 284

## **CAPÍTULO 28**

### **CONTROLE DE LEGALIDADE SOBRE A INSTAURAÇÃO**

1. Controle de legalidade..... 287



2.	Competência jurisdicional para o <i>habeas corpus</i> .....	289
3.	Competência jurisdicional para o mandado de segurança e o <i>habeas data</i> .....	291
4.	Normas regimentais .....	291
5.	Conclusão .....	292

## **CAPÍTULO 29**

### **CONTROLE DE LEGALIDADE E NULIDADES NA INSTRUÇÃO**

1.	O controle de legalidade.....	293
2.	Nulidades .....	294

## **TÍTULO VI**

### **COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO**

## **CAPÍTULO 30**

### **O AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

1.	A possibilidade de transigir .....	297
2.	Antecedentes do compromisso de ajustamento .....	298
3.	A criação do compromisso de ajustamento .....	303
4.	A questão do veto ao compromisso de ajustamento .....	305
5.	Quem pode tomar o compromisso.....	310
6.	Quem pode obrigar-se .....	313
7.	Características do título .....	314
8.	Objeto .....	316
9.	Transações no curso do inquérito civil.....	317
10.	Compromissos preliminares .....	317
11.	Acordos em juízo.....	318
12.	Recomendações e Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo.....	319
13.	Dispositivos regimentais .....	322
14.	Revisão e rescisão do compromisso.....	323
15.	A questão terminológica .....	324

## **CAPÍTULO 31**

### **EFEITOS DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO**

1. Início da eficácia..... 327
2. A limitação da responsabilidade..... 330
3. A discordância dos interessados ..... 330
4. A discordância dos terceiros lesados..... 334
5. A natureza do título executivo ..... 334

## **CAPÍTULO 32**

### **AS VEDAÇÕES AOS COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO**

1. Generalidades ..... 337
2. A vedação contida na Lei de Improbidade Administrativa .. 339

## **TÍTULO VII**

### **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E RECOMENDAÇÕES**

## **CAPÍTULO 33**

### **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

1. Generalidades ..... 343
2. O objeto das audiências públicas..... 345
3. A designação de uma audiência pública ..... 347
4. As providências preliminares ..... 347
5. Quem pode participar da audiência ..... 348
6. O desenvolvimento dos trabalhos..... 349
7. Conclusão da audiência pública ..... 350
8. A avaliação da audiência pública..... 351

## **CAPÍTULO 34**

### **RECOMENDAÇÕES**

1. Generalidades ..... 353
2. O procedimento para expedir recomendações ..... 353

3.	As normas locais.....	354
4.	A natureza jurídica das recomendações.....	355

## **TÍTULO VIII**

### **RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

#### **CAPÍTULO 35**

##### **RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA**

1.	A responsabilidade dos agentes públicos.....	361
2.	A responsabilidade do membro do Ministério Público.....	362
3.	A atividade opinativa.....	363
4.	A questão da responsabilidade por culpa.....	363
5.	A ação de responsabilidade civil.....	364
6.	A denúncia da lide.....	364
7.	A responsabilização por medida provisória.....	364
8.	Responsabilidade política.....	364
9.	Conclusões.....	365

## **ANEXOS**

### **LEGISLAÇÃO**

1.	Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985.....	369
2.	Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (arts. 26 e 90 — dispositivos do CDC que aludem ao inquérito civil).....	375
3.	Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (LC paulista n. 734/93 — arts. 105-113, que aludem ao inquérito civil).....	377

<i>RESOLUÇÃO N. 23/07 do CNMP</i> .....	381
---	-----

<i>NORMAS REGIMENTAIS</i> .....	389
---------------------------------	-----

<i>SÚMULAS</i> .....	401
----------------------	-----

### **MODELOS**

1.	Portaria inicial de inquérito civil.....	429
2.	Convite para comparecimento.....	431

3.	Notificação .....	432
4.	Termo de declarações .....	433
5.	Solicitação (ou requisição) de certidão (ou documentos) .....	434
6.	Quesitos para perícias ambientais mais comuns.....	435
7.	Compromisso de ajustamento .....	437
8.	Promoção de arquivamento .....	439
9.	Cópia autêntica de peças do inquérito civil .....	441
10.	Petição inicial de ação civil pública .....	442
11.	Convocação para audiência pública.....	444
12.	Ata de audiência pública .....	447